



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**  
**JORNALISMO**

**CONFLITOS URBANOS – AS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS POR SEGURANÇA  
PÚBLICA NA IMPRENSA CARIOCA**

**VINICIUS HENTER CARNEIRO BASTOS**

**Rio de Janeiro**

**2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**  
**JORNALISMO**

**CONFLITOS URBANOS – AS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS POR SEGURANÇA  
PÚBLICA NA IMPRENSA CARIOCA**

Monografia submetida à Banca de Graduação como  
requisito para obtenção do diploma de Comunicação Social  
- Jornalismo

**VINICIUS HENTER CARNEIRO BASTOS**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa**

**Rio de Janeiro**

**2009**

## FICHA CATALOGRÁFICA

BASTOS, Vinicius Henter Carneiro

Conflitos urbanos – as manifestações coletivas por segurança pública na imprensa carioca. Rio de Janeiro, 2009.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo)  
– Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Paulo César Castro de Sousa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a **Monografia Conflitos urbanos – as manifestações coletivas por segurança pública na imprensa carioca**, elaborada por Vinicius Henter Carneiro Bastos.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 07/12/2009

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Ms. Augusto Henrique Gazir Martins Soares

Mestre em Latin American Politics pela Universidade de Londres, com reconhecimento pelo Programa de Sociologia e Antropologia da UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Doutor em Teoria da Comunicação e da Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

BASTOS, Vinicius Henter Carneiro. **Conflitos urbanos – as manifestações coletivas por segurança pública na imprensa carioca**. Rio de Janeiro, 2009. Orientador: Paulo César Castro de Sousa. Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO. Monografia em Jornalismo.

## **RESUMO**

O trabalho analisa como a imprensa carioca relata as manifestações coletivas que têm como objeto a segurança pública. A partir de dados coletados no “Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro”, são analisadas matérias dos jornais O Globo e O Dia entre 2007 e 2008 que noticiaram mobilizações – conceituadas no estudo como conflitos urbanos – por segurança pública. O trabalho debate como a presença da imprensa influencia os conflitos em sua organização e como os meios de comunicação tornam-se árbitros da existência política desses coletivos, assim como teoriza Pierre Bourdieu. Dois tipos de conflitos envolvendo a segurança pública são os mais focados. O primeiro é o motivado por crimes comuns, como o latrocínio, simbolizado no trabalho pela ONG Rio de Paz. As mobilizações são feitas na Zona Sul ou no Centro da Cidade, são organizadas com antecedência e marcadas pela dramaticidade. O segundo tipo é gerado pelas incursões da Polícia Militar nas favelas do Rio de Janeiro que causam mortes entre os moradores. Nesse caso, os conflitos são espontâneos, violentos e com forte repressão da mesma PM.

## **AGRADEÇO**

- à Claudia Helena, minha mãe, por todo o esforço iniciado muito antes do dia 15 de setembro de 1984. Desde lá, foram muitas batalhas travadas por essa professora para que eu, enfim, pudesse me formar;
- ao camarada PJ, pelo eterno trabalho de formação que venho recebendo desde 1985;
- à Nina e ao Miguel, a quem um dia obrigarei a ler esse estudo;
- à Aline, pela tolerância nos fins de semana utilizados para a produção desse trabalho;
- ao Breno, ao Humberto e a todos do Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro, pelo aprendizado nos ricos e polêmicos debates que vêm sendo travados desde 2006 e que espero que ainda durem muito;
- ao PCC, pela dedicação, paciência e compreensão nessa árdua tarefa de me ter como orientado;
- e à classe trabalhadora desse país, que financiou a minha formação em uma universidade pública. Por isso, além desse trabalho, toda a minha futura carreira – como uma vez sugeriu um professor da Faculdade Medicina – será pautada pela tentativa de amenizar a dor dos que pagaram (caro) para que estudantes como eu se formassem na UFRJ.

## Sumário

### **1. Introdução**

### **2. O que é acontecimento?**

2.1. O acontecimento no jornalismo

2.2. O positivismo na apreensão do acontecimento

2.3. A notícia

### **3. A cultura da mídia**

### **4. Conflitos urbanos**

4.1. História dos movimentos reivindicatórios urbanos

4.2. Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

### **5. A segurança pública como objeto do conflito urbano**

### **6. O conflito urbano como acontecimento**

6.1. Rio de Paz

6.2. Ação policial nas favelas

6.3. Outros conflitos

### **7. Conclusão**

### **8. Referências Bibliográficas**

## 1 – Introdução

Passeatas, carreatas, motociatas, fechamento de vias, abaixo-assinados e depredações são algumas das inúmeras formas que a sociedade civil faz uso para se expressar. Quando a população de uma cidade está descontente com alguma atitude governamental, por exemplo, nem sempre o melhor caminho é esperar as próximas eleições para eleger um representante que possa responder às necessidades daquela população. Talvez aquela necessidade não possa esperar. Talvez a revolta seja grande demais para conseguir aguardar mais quatro anos. Além disso, nem sempre o alvo do protesto é o governo municipal, estadual ou federal. Pode ser a Polícia Militar, o poder judiciário, uma empresa privada ou até mesmo não ter um alvo muito definido.

Quando uma população quer participar ativamente da vida pública de uma determinada cidade, o voto, ou seja, a democracia representativa – aquela que acontece de quatro em quatro anos – é apenas um dos caminhos. São as manifestações coletivas que melhor expressam os anseios de uma comunidade. Assim, são essas manifestações coletivas que melhor indicam a estudiosos e pesquisadores quais são os conflitos de uma cidade e como diferentes grupos pensam a cidade. Esses protestos evidenciam, por exemplo, os diferentes interesses de regiões distintas de uma cidade e os diferentes níveis de acesso aos bens e recursos urbanos e ao espaço público. Enfim, a desigualdade sócio-espacial da cidade é exposta quando distintos grupos reivindicantes vão às ruas lutar por aquilo que acreditam ser seu direito – o que acaba por expor também os vários entendimentos da ideia de “direito”, ainda mais quando relacionadas aos recursos urbanos.

O presente estudo buscará fazer a relação entre as manifestações coletivas que têm a cidade do Rio de Janeiro como palco e como objeto, conceituadas como “conflitos urbanos”, e a imprensa carioca. Como os manifestantes organizam os seus protestos? A imprensa é levada em consideração durante essa organização? E como é a cobertura dessas manifestações? Há uma mesma atenção da mídia para as mobilizações ocorridas nas favelas e no asfalto? Quais os termos que podem ser usados em uma matéria jornalística que tenham o efeito de julgar a legitimidade de um protesto? E como essa cobertura afeta a própria organização da manifestação? Por fim, o que é necessário que um conflito urbano tenha para receber a atenção dos jornais e televisões?

Esse trabalho parte da hipótese – com base na argumentação de Pierre Bourdieu sobre o papel da televisão – de que, no fim do século XX e no início do século XXI, os meios de



comunicação vêm ganhando cada vez mais importância. Por isso, uma manifestação coletiva, por se tratar de um ato político, somente terá existência política quando tiver a cobertura midiática. Ou melhor, a mídia passa, assim, a ser um árbitro da existência política dessas manifestações. Para a força de um conflito urbano e a consequente consecução dos objetivos daquele coletivo mobilizado é mais importante a presença dos meios de comunicação do que uma grande quantidade de manifestantes. Entretanto, reunir uma grande quantidade de manifestantes pode ser importante ao “convencer” a mídia a cobrir aquele ato.

Esse estudo também tem como hipótese o conhecimento, por parte dos coletivos mobilizados, da importância dos meios de comunicação nas manifestações. Conhecimento, esse, mais evidente nas organizações não governamentais (ONGs), pois são agentes de muitos conflitos e dispõem de complexa estrutura administrativa – em muitos casos contando até com uma assessoria de imprensa, que pode, entre outras funções, agir para a garantia de que uma manifestação terá cobertura da imprensa.

O fato da cidade do Rio de Janeiro ser uma metrópole e com importância internacional faz com que seja uma cidade extremamente conflituosa. Por isso e para que o presente trabalho não tenha um campo de análise muito amplo, haverá um recorte no tempo e nos objetos das reivindicações. Assim, serão analisados apenas os conflitos urbanos relacionados à segurança pública nos anos de 2007 e 2008 e que tenham sido noticiados pelos jornais cariocas O Globo e O Dia – o primeiro, conhecido por ter como público alvo os moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, e o segundo, as ditas classes C e D, ou seja, as classes trabalhadoras.

No segundo capítulo – “O que é acontecimento?” – será discutida a questão do acontecimento e como um simples fato ganha o status de acontecimento. Consultando autores como Pierre Nora e Marialva Barbosa, será possível ver que o conceito de acontecimento mostra-se fundamental, não só no jornalismo e na comunicação social em geral, mas em vários campos do conhecimento. Nesse capítulo também se tentará mostrar como o poder de conferir o status de acontecimento a um fato passou, no século XX, das mãos da História para as mãos da imprensa. Depois de indicar a “transformação” do fato em acontecimento, será mostrada a passagem do acontecimento para o status de notícia e as principais características desse conceito tão importante para o jornalismo e tão difícil de ser definido.

O terceiro capítulo – “A cultura da mídia” – se ocupará em debater como o discurso midiático é um palco de conflitos ideológicos. Os autores Douglas Kellner, Muniz Sodré e Mário Mesquita serão consultados para evidenciar que, muito longe de uma suposta isenção oriunda das tão alardeadas objetividade e factualidade, os conteúdos midiáticos são apropriados pelas

vozes e disputas sociais de um determinado período, e, igualmente, exercem influência sobre esse contexto. Ainda nesse capítulo, será frisado que a ideologia presente no discurso midiático é homóloga ao modo de produção econômica dominante.

Já no quarto capítulo – “Conflitos urbanos” – a discussão em torno da cidade ganha corpo. A relação das mobilizações com a cidade e como a sociedade civil se expressa e atua politicamente através dessas manifestações serão os temas usados para conceituar os conflitos urbanos. Em seguida, a partir dos autores Breno Pimentel Câmara e Vera Telles, será contado um pouco da história dos movimentos reivindicatórios urbanos do Rio de Janeiro, que tiveram início em plena Ditadura Militar e que representavam uma esperança para os setores sociais contrários àquele regime autoritário. Também será apresentado, nesse capítulo, o Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro, uma pesquisa da UFRJ que fornecerá dados para os capítulos seguintes do presente trabalho.

“A segurança pública como objeto do conflito urbano” dá nome ao quinto capítulo. O foco passa a ser as manifestações coletivas que têm como objeto a segurança pública. Ainda consultando Breno Pimentel Câmara, o estudo buscará expor os dois principais tipos de conflito que têm esse objeto, cada um motivado por um tipo de violência. Um é a violência criminal. Nesse tipo, os conflitos urbanos são motivados por crimes comuns, como latrocínio, e se caracterizam por serem manifestações pacíficas por justiça e contra a violência, na Zona Sul ou no Centro da cidade, e nos fins de semana, com alguns dias de intervalo entre o evento deflagrador e a consequente mobilização coletiva. Um segundo tipo é a violência policial. Nesse caso, os conflitos são causados por incursões da Polícia Militar nas favelas do Rio de Janeiro que causaram mortes entre os moradores. Então, as manifestações são espontâneas, ou seja, logo após o evento deflagrador. Elas também se caracterizam pela violência, como fechamento de vias e queima de pneus e ônibus, e pela repressão realizada pela mesma PM que gerou a mobilização.

E, por fim, o sexto capítulo – “O conflito urbano como acontecimento”. Ali serão analisados matérias publicadas nos jornais O Globo e O Dia em que foram noticiados conflitos urbanos, entre 2007 e 2008, tendo a segurança pública como objeto de luta. O capítulo buscará indicar como um conflito urbano passa a ser considerado um acontecimento, ou seja, como uma manifestação coletiva é “aprovada” pelos meios de comunicação para poder ser noticiada. O chefe de reportagem da Editoria Rio do jornal O Globo será entrevistado e dirá quais são os critérios do veículo onde trabalha para cobrir ou não um conflito urbano. O capítulo será subdividido para a análise dos protestos movidos pela ONG Rio de Paz, dos gerados pela

violência policial e dos motivados também pela violência criminal, mas que não tiveram a ONG Rio de Paz como agente. Também será entrevistado o coordenador de manifestações da ONG Rio de Paz, que dirá como são planejadas as mobilizações e como é a relação da Organização com a imprensa, já que todos os protestos da Rio de Paz realizados entre 2007 e 2008 tiveram cobertura da imprensa.

## 2 – O que é acontecimento?

O conceito de acontecimento vem se demonstrando fundamental nos mais variados campos do conhecimento. Desde a química, a física e a biologia, passando pela história e chegando ao jornalismo, o acontecimento tem um papel importante e muito maior do que a mera definição de algo que teve início, meio e fim em um dado espaço de tempo. Em todas as áreas e ciências, o acontecimento tem uma conotação de ruptura, de desvio das normas, de insólito, de diferença, de incomum. Enquanto um fato é algo corriqueiro e banal, o acontecimento é algo inédito.

(...) o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas. (...)

Os acontecimentos importantes são, em grande parte, inesperados. Quando se produzem, não estão conectados aos que os precederam nem aos elementos do contexto: são descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas; rompem a seriação da conduta ou a do correr das coisas (QUÉRÉ: 2005, 61).

É a partir do acontecimento que tudo o que aconteceu imediatamente antes passa a fazer parte de um passado distante e sem conexão com o presente. Para Pierre Nora, o conceito de acontecimento está totalmente atrelado ao esforço de historiadores positivistas na virada do século XIX para o século XX “em fundamentar a história no estudo do passado, cuidadosamente separado do presente”, e em movimentar esse passado por “um encadeamento contínuo” de acontecimentos. Como lembra o autor, os positivistas buscavam transportar para as ciências sociais os métodos das ciências naturais e, baseado nessa busca, atestar cientificamente um fato como sendo um acontecimento. “A partir da condição de que o presente, dominado pela tirania do acontecimento, foi proibido de residir na história, ficou entendido que a história seria construída sobre o acontecimento” (NORA e LE GOFF, 1979: 180).

Vários autores já se ocuparam com a discussão sobre o acontecimento. No artigo “Acontecimento e mídia: a Guerra de Canudos na imprensa contemporânea”, Lidiane Santos de Lima Pinheiro cita Edgar Morin, Paul Ricoeur, Abraham Moles, Pierre Nora e Giovandro Ferreira para debater a temporalidade do discurso mediático. Em seu trabalho, ela investiga a produção de discursos, na imprensa contemporânea, sobre acontecimentos históricos.

Marialva Barbosa, em “O Acontecimento Contemporâneo e a Questão da Ruptura”, consulta Reinhart Koselleck, Jean Lacouture, Peter Burke, Fernand Braudel e Paul Ricouer, além de Pierre Nora, para mostrar o caráter de descontinuidade do acontecimento na nova apreensão temporal do mundo contemporâneo. Ela também discute como a mídia transpõe um fato à categoria de acontecimento.

Em todos os autores consultados, há a noção do incomum, do desvio, do anormal, no acontecimento. “O acontecimento é o novo por relação à ordem já estabelecida” (RICOEUR, 2008)<sup>1</sup>. Para Lidianie Pinheiro, o acontecimento “relaciona-se ao excepcional, visando descrever os imprevistos: os desastres, as catástrofes ou as crises” (PINHEIRO, 2008)<sup>2</sup>. Dessa forma, o acontecimento é essencialmente diferente de tudo o que já aconteceu e, sobretudo, do que não aconteceu, “estabelecendo uma distinção entre aquele instante e o imediatamente anterior” (BARBOSA, 2009)<sup>3</sup>.

Através dessa distinção entre o acontecimento e o seu passado imediato, a autora Marialva Barbosa busca discutir a questão do tempo no conceito de acontecimento. Citando Braudel, ela mostra a oposição em o acontecimento e a história social. Enquanto o primeiro tem uma curta duração, pois é um salto temporal, uma “história superficial na dimensão do indivíduo (história caracterizada por oscilações breves, rápidas e nervosas)”, o segundo tem uma longa duração, já que busca entender a “conjuntura, estrutura, tendência, ciclo, crescimento, crise”, produzindo, “assim, uma rejeição ao primado do indivíduo e do acontecimento como fatores decisivos para a mudança social” (BARBOSA, 2009).

A ideia de singularidade do acontecimento faz com que se perca de vista o contexto histórico. O acontecimento termina em si mesmo, não faz com que o espectador (ou leitor, ou telespectador) necessite entender o longo e contínuo processo que o causou. O acontecimento é, sobretudo, superficial, não tendo relação com as estruturas da sociedade. De acordo com Braudel, não é o acontecimento que provoca mudanças significativas na vida do indivíduo.

---

<sup>1</sup> apud PINHEIRO, Lidianie Santos de Lima. Acontecimento e mídia: a Guerra de Canudos na imprensa contemporânea. Disponível em [http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/PINHEIRO\\_lidianie.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/PINHEIRO_lidianie.pdf). Acesso em 30 de agosto de 2009.

<sup>2</sup> Disponível em [http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/PINHEIRO\\_lidianie.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/PINHEIRO_lidianie.pdf)

<sup>3</sup> BARBOSA, Marialva. O acontecimento contemporâneo e a questão da ruptura. Disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera02/organizacao/frsocl.htm> . Acesso em 30 de agosto de 2009.

## 2.1 – O acontecimento no jornalismo

O que antes era ofício dos historiadores passou a ser poder exclusivo dos grandes meios de comunicação. São os mass media que agora decidem sobre o que pode ou não ser definido como acontecimento. A ruptura se deu no passar do século XIX para o XX, com a difusão de uma imprensa de grande tiragem, a constituição de uma classe média de leitores e a urbanização característica da época.

Se até o século XVIII cabia ao historiador classificar como acontecimento a colonização da América, a vinda de Dom João VI ao Brasil ou a Guerra de Secessão americana, agora são os meios de comunicação de massa que elegem a gripe suína, uma quebra de decoro parlamentar ou um tombo de Fidel Castro como acontecimento.

No jornalismo contemporâneo, a transformação do fato em acontecimento passa pelo crivo dos grandes meios de comunicação. O fato não noticiado não existiu, ou melhor, não aconteceu. Para que se tenha um grande acontecimento, é preciso que pessoas o tenham presenciado, e essa característica é extremada com os meios de comunicação. “Na sociedade contemporânea, é pelos meios de comunicação que conhecemos os acontecimentos” (PINHEIRO, 2008).

De acordo com Pinheiro, hoje o acontecimento não mais pertence apenas ao domínio da História, mas também dos meios de comunicação. “Na contemporaneidade, os media não agem somente como os meios transmissores dos acontecimentos, mas como a condição mesma de sua existência” (PINHEIRO, 2008).

Os jornais se pautam pelo conceito de acontecimento, já que somente é notícia o incomum, o imprevisível, o anormal. “O jornalismo não se interessa pela ocorrência provável, pelo normal; ao contrário, as notícias buscam os desvios das normas – quer sejam naturais ou institucionais” (PINHEIRO, 2008).

Buscando sempre o novo, o jornalismo contemporâneo descarta, diariamente, todo o passado do acontecimento. A história passa a existir a partir do acontecimento, pois esse nega tudo o que lhe é anterior. E esse processo se renova a cada dia, causado pelo imediatismo característico dos meios de comunicação. O acontecimento de hoje será negado pelo de amanhã.

O movimento de perpetuação do acontecimento obriga a uma permanente caracterização do presente com aspectos particulares (KOSELLECK apud BARBOSA, 2009). Os jornais precisam, então, adaptar os fatos às suas regras dominantes, para que possam ser enquadrados no conceito de acontecimento e, posteriormente, de notícia.

“O agendamento de acontecimentos nas diversas seções de uma mídia periódica é pautado pela relevância do assunto, por seu interesse público, mas também por sua atualidade. Ser recente e inédita é um valor inegociável” (PINHEIRO, 2009).

O acontecimento midiático é, ao mesmo tempo, oposto e semelhante ao fato cotidiano. Por um lado, o primeiro se caracteriza por ser importante, uma novidade, o que sai nos jornais, enquanto o segundo se trata de uma categoria inclassificável, por ser tudo aquilo que não é importante. Por outro lado, no mundo contemporâneo, as massas precisam enxergar no acontecimento aquilo que é cotidiano.

A democracia é uma característica fundamental do acontecimento contemporâneo. Com a presença dos meios de comunicação de massa, os espectadores, leitores e ouvintes têm a sensação de participar da história, mesmo estando a milhares de quilômetros do ocorrido.

Até meados do século XIX, antes da gradual substituição dos historiadores pelos meios de comunicação de massa na classificação do acontecimento, o que era analisado era o fantástico, o maravilhoso. No mundo contemporâneo, é a própria sociedade industrial que fornece diariamente o acontecimento. Para Pierre Nora, o desembarque do homem na lua foi o modelo do acontecimento moderno.

No mundo contemporâneo, “ninguém está completamente sem saber nem poder” (NORA, 1979, p. 186). Como explicitou Nora, não há mais um fosso separando dois mundos, entre dominantes e dominados da informação.

## 2.2 – O positivismo na apreensão do acontecimento

O jornalismo e o positivismo estavam em ascensão na virada do século XIX para o século XX. E não foi por acaso que, na mesma época em que Augusto Comte tentava trazer para as ciências humanas fundamentos das ciências exatas, a imprensa alcançava o seu ponto mais alto de popularidade até então. Porém, passados mais de cem anos dessa fase da história, alguns aspectos do positivismo permanecem colados ao jornalismo.

No positivismo, “doutrina cujo auge coincide com a ascensão prestigiosa da imprensa burguesa” (PAIVA E SODRÉ: 2005, 96), a verdade está no fato. Seria o fato, uma experiência sensível da realidade, o único modo de se atingir o pleno saber. A intuição empírica, ou a percepção imediata de tipo sensorial, é ponto de partido para a informação. Mas, como afirmam Raquel Paiva e Muniz Sodré, a filosofia e as teorias da ciência “terminaram concluindo pela

impossibilidade dos factos de garantir o necessário rigor ao conhecimento” (PAIVA e SODRÉ: 2005, 96).

Os jornalistas concebiam o seu trabalho à imagem e semelhança dos cientistas que, nos anos 90 do século XIX, eram objecto de idolatria popular. “Realismo” era a designação corrente no jornalismo, como na literatura, nas notícias e nas novelas, para significar a sua adesão à religião da “factualidade”, enquanto observadores e relatores dos “factos”. (...)

a objectividade só se vai impor como “ideologia” profissional precisamente quando a tal religião positivista do “factual” entra em crise, no início do século XX, e sobretudo após o fim da Guerra de 1914-18. (MESQUITA: 2005, 16)

No jornalismo do século XXI, a ideia de que a verdade está no fato ainda é recorrente. Quando se tenta separar os conceitos de fato e opinião, informação e comentário, nada mais se está fazendo a não ser analisar a imprensa de uma forma positivista. Acredita-se, dessa forma, que haja uma distinção entre o objetivo e o subjetivo em um texto jornalístico. Essa junção entre jornalismo e positivismo já foi sistematizada através da “teoria do espelho”. Ali, pensava-se que a notícia seria o espelho da realidade.

Exemplos concretos dessa tentativa em dissociar o fato da opinião está na separação física entre uma matéria e um artigo na página de um jornal, ou entre uma reportagem e o editorial de um tal veículo. Na televisão, chama a atenção do telespectador quando Boris Casoy muda o tom de voz e de câmera quando vai “dar a sua opinião sobre o fato”, como se o que fora dito até então fosse a verdade absoluta sem qualquer interferência humana.

O autor Jorge Pedro Sousa argumenta que três fatores presentes nas construções discursivas do jornalismo explicitam a existência de critérios e juízos de valor na imprensa. “(a) a relação entre jornalistas e os acontecimentos e as pessoas nestes envolvidas, (b) a seleção e hierarquização dos elementos expostos nos enunciados jornalísticos e (c) a escolha de termos nos discursos jornalísticos” (SOUSA, 2002, p. 19).

Longe de ser um espelho da realidade, a notícia é produzida a partir de construções de novos sentidos à realidade. Para Sousa, a notícia é fruto de seis agentes que interagem na sua produção: a ação pessoal; a ação social; a ação ideológica; a ação cultural; a ação do meio físico e tecnológico; e a ação histórica. Esses fatores influenciam a produção de uma notícia.

Dessa forma, são construtores da notícia e do seu significado: as intenções do jornalista que a produziu e dos atores envolvidos no fato relatado (ação pessoal); a dinâmica e os constrangimentos do meio de comunicação que a produziu (ação social); os interesses dos dirigentes do meio de comunicação em questão (ação ideológica); o sistema cultural em que é



produzida e, conseqüentemente, as visões de mundo tanto do emissor quanto do receptor da mensagem, já que o leitor também dá o significado à notícia (ação cultural); os dispositivos tecnológicos que são usados para a produção da notícia, uma vez que o meio é a mensagem (ação do meio físico e tecnológico); e a história, pois a notícia é, acima de tudo, um produto histórico (ação histórica).

### 2.3 – A notícia

O acontecimento para se tornar acontecimento é preciso ser comunicado, como já foi dito. Mas o acontecimento midiático, além de comunicado, precisa ser comunicável. Ou seja, é preciso que o fato, que será interpretado como acontecimento que, por sua vez, será transformado em notícia, tenha condições de ser relatado em uma narrativa. Dessa forma, o acontecimento precisa ter início, meio e fim e fazer, por si só, sentido. Mas, na realidade, não nos deparamos com acontecimentos “prontos” e “acabados”, já preparados para serem narrados. Cabe aos profissionais da comunicação recortar pedaços da realidade e dar-lhes sentido, fazendo com que cada um desses pedaços seja um todo comunicável, sem que o receptor da mensagem precise ter elevados conhecimentos de história ou uma alta capacidade para contextualização do tema tratado.

Essa característica do acontecimento midiático – com início, meio e fim – faz com que se tenha a sensação de que o acontecimento transformado em notícia seja singular, concreto, observável e delimitado no tempo, no espaço e em relação a outros acontecimentos que irrompem da superfície aplanada dos fatos (RODRIGUES apud SOUSA: 2002, 21). O acontecimento midiático seria auto-explicável, não se fazendo necessária a análise do contexto histórico e social que o cerca. A ideia de fato delimitado no tempo é justificada pela manipulação que se faz do acontecimento para que ele se adeque à linguagem dos meios de comunicação. “Todavia, a percepção de que o acontecimento é concreto e delimitado é uma falácia, já que o real é contínuo e os fenômenos são estreitamente interligados” (SOUSA: 2002, 22).

A notícia, apesar de fundamental para o jornalismo, é um termo extremamente difícil de ser conceituado. Para editores e chefes de reportagem de uma redação, o faro profissional conta mais do que qualquer formulação teórica.

Mário Mesquita, citando Tuchman, indica os quatro processos fundamentais na conceituação da notícia.

(...) o confronto de pontos de vistas divergentes; a apresentação de ‘provas’, corroborando o que é sustentado; o recurso a ‘citações’ das partes em conflito ou das fontes; a estrutura externa do texto jornalístico, baseada na estrutura do lead e da regra da importância decrescente dos elementos, usualmente designada por ‘pirâmide invertida’. Esta doutrina operativa instituiu-se, em especial no espaço anglo-americano, como pedra angular do profissionalismo jornalístico, apoiada numa crença de raiz positivista na possibilidade de escrever notícias configuradas como ‘espelhos’ do ‘real’ (TCHUMAN apud MESQUITA: 2005, 10).

Muniz Sodré, ao debater a alta frequência, a partir do fim da década de 1990, de notícias na imprensa do Rio de Janeiro sobre pessoas atacadas por cães da raça pitbull, questiona sobre os critérios usados pelos meios de comunicação para noticiar um fato. “Por que este fato e não outro? Por que o leitor precisa saber dele? Por que alguém necessariamente falaria publicamente do acontecido?”.

### 3 – A cultura da mídia

A cobertura de um acontecimento e a sua consequente transformação em notícia pelos meios de comunicação constituem, mesmo que não intencionalmente, posições ideológicas. Afinal, como julgar o que é um acontecimento ou não, ou ainda, o que deve e o que não deve ser notícia? Não só essas escolhas, esses processos seletivos, mas também o narrar está permeado de visões de mundo, pois a notícia pressupõe a construção de sentido para aquele fato, para aquele acontecimento. Mas o que significa para os grandes meios de comunicação ter posições ideológicas ao selecionar e noticiar um acontecimento, uma vez que há um público-alvo tão heterogêneo, formado por grupos com diferentes condições de vida, interesses e visões de mundo?

A ideologia, inerente à cobertura jornalista de um acontecimento, será aqui entendida como visão de mundo, uma posição diferencial do discurso.

“É, em última análise, a forma que os conteúdos (enunciados, processos, significações, imagens, etc.) assumem na vida social, com vistas à produção de sentido. Longe de ser uma forma neutra, entretanto, é homológica, em níveis manifestos e latentes, ao modo de produção econômica dominante e às modulações culturais da organização social” (SODRÉ: 2009, 10).

Essas posições ideológicas ficam camufladas quando a comunicação se pauta pelas bandeiras da objetividade e da factualidade. No jornalismo, por exemplo, como frisa Mário Mesquita, “há uma anulação do ‘eu’, que se dissolve num sujeito indeterminado e fala de um lugar desconhecido. Tudo funciona como se os acontecimentos se contassem a si próprios, como se os factos se apresentassem a si mesmos” (11). A objetividade e a factualidade ganham força, sobretudo, a partir do século XIX, quando há a necessidade de novos instrumentos de informação. Naquele momento, a imprensa de elite do século anterior não atende mais às necessidades da época, devido, entre outros fatores, aos “processos de desenvolvimento urbano desencadeados pela Revolução Industrial, acompanhados pela transferência da população do campo para as cidades, o surgimento de novas classes médias nos sectores de serviços e o crescimento do operariado” (MESQUITA: 2005, 11).

Muniz Sodré (2009), ao debater a ideologia no discurso da Modernidade, diz que ideologia é “uma força de integração social”. Mário Mesquita (2005) entende que a partir do momento que se cria a doutrina profissional da factualidade, ou seja, quando ocorre a transição dos jornais de opinião para os jornais de informação, o jornal adquire, mundialmente, essa

característica de criador de consensos. Nessa mudança, os jornais deixam de ser voltados para apenas um grupo de leitores, “com afinidades doutrinárias e religiosas”, para atingir um público mais amplo. Como o autor explica, aos jornais com um público intelectual específico “vão suceder os jornais ‘para todos’, baseados em projectos que visam atingir toda a população alfabetizada”.

A ‘notícia objectiva’ surge enquanto forma de operar a transformação dos pequenos auditórios homogêneos do ‘espaço público iluminista’ no ‘grande público’ heterogêneo da metrópole em crescimento. O papel do jornal, no novo espaço citadino, consiste em criar consensos, em unificar as populações, em ser o menos denominador comum nas metrópoles em crescimento. É neste quadro que se cria uma doutrina profissional da ‘factualidade’, contrapondo-se aos antigos periódicos de opinião e de causas os jornais de notícias e de histórias. (MESQUITA: 2005, 11 e 12)

A cultura da mídia é situada em um contexto histórico e sócio-econômico, e somente poderá ser compreendida se o todo à sua volta for igualmente analisado. Mas, além disso, para se entender a cultura da mídia é preciso levar em consideração que os componentes internos dos seus textos e imagens codificam relações de poder e dominação.

Portanto, ler politicamente a cultura da mídia significa situá-la em sua conjuntura histórica e analisar o modo como seus códigos genéricos, a posição dos observadores, suas imagens dominantes, seus discursos e seus elementos estético-formais incorporam certas posições políticas e ideológicas e produzem efeitos políticos (KELLNER, 2001, p.76).

Cada discurso midiático reproduz e expressa as lutas e conflitos do mundo do qual faz parte. O texto de um meio de comunicação traduz discursos sociais e políticos e representa posições políticas específicas sobre os diversos assuntos de interesse de uma sociedade. “(...) a cultura da mídia em geral tem sido um campo de batalha entre grupos sociais em competição. (...) há uma luta entre representações que reproduzem as lutas sociais existentes e transcodificam os discursos políticos da época” (KELLNER, 2001, p.77).

Como argumenta o citado autor, da mesma forma que o discurso midiático é apropriado pelas vozes e disputas sociais de um determinado período, ele também exerce influência sobre esse contexto. Assim, a relação entre o discurso midiático e o seu contexto histórico é uma relação dialética.

Por ser a expressão de diversas vozes políticas de uma sociedade, a cultura da mídia se mistura com as visões de mundo do seu contexto histórico e, assim, se envolve com a ideologia dominante. Para Marx (apud KELLNER: 2001) e a corrente marxista, a ideologia é a visão de

mundo da classe burguesa, refere-se às ideias que legitimam a dominação da classe burguesa capitalista e, conseqüentemente, seus interesses econômicos.

Kellner (2001) critica esse conceito. Para ele, não se deve reduzir ideologia a interesses de classe, interesses econômicos, porque, assim, se estaria deixando de lado outras formas de dominação ideológica, como os fenômenos importantes como a opressão do sexo, da sexualidade e da raça. O autor entende que, em vários níveis, grupos dominantes – como a burguesia, os homens, os heterossexuais, os brancos – exercem dominação ideológica sobre outros grupos. Para ele, quando os dominados – o proletariado, as mulheres, os homossexuais, os negros – naturalizam os interesses dos grupos dominantes e os incorporam à sua visão de mundo como sendo os seus interesses, tem-se o senso comum. E são justamente os meios de comunicação que dão uma contribuição fundamental para esse processo, noticiando acontecimentos com o olhar dos grupos dominantes para um público composto também pelos grupos dominados.

#### 4 – Conflitos urbanos

O discurso midiático, como foi dito, é um terreno de disputa social, política e ideológica, em que diferentes vozes entram em conflito, atendendo a interesses de diferentes grupos ou classes sociais. Da mesma forma, a cidade é um universo extremamente conflituoso, pois se mostra como uma arena onde diferentes interesses estão em jogo, já que seus habitantes têm diferentes condições de vida. Como os recursos urbanos e as políticas públicas são oferecidos de forma desigual aos moradores da cidade, o espaço urbano está em constante disputa.

A desigualdade sócio-econômica é refletida na cidade geograficamente, pois suas diferentes regiões não são tratadas pelo poder público de forma igualitária. As diferentes classes sociais não vêem a cidade da mesma forma, pois moram em diferentes bairros e com diferentes necessidades.

Vizinhos convivem com os mesmos problemas concretos, com as mesmas carências, o que faz com que se identifiquem e, em muitas vezes, se organizem para pleitear melhorias. Os partidos e os sindicatos se mostram como apenas mais uma forma de atuação política quando moradores se organizam para fazer alguma cobrança das autoridades. Nas manifestações coletivas, abaixo-assinados e passeatas, a sociedade civil concretiza uma democracia diferente da que acontece apenas de quatro em quatro anos.

##### 4.1 – História dos movimentos reivindicatórios urbanos

Os movimentos reivindicatórios de moradores das periferias das cidades começam a surgir no fim da década de 1970, em plena Ditadura Militar – um período de mortes, censura, prisão, tortura e congresso fechado. Como mostra Vera Telles, foi entre 1978 e 1979 que houve a emergência de trabalhos acadêmicos que tratavam sobre esses novos movimentos. “Era apontada como novidade a movimentação de uma ‘sociedade civil’ que parecia até então amortecida pelo impacto social da extrema violência estatal, combinada com a suposta bonança do período do ‘milagre econômico’”. (CÂMARA: 2006, p.6)

A novidade desses movimentos estava na sua independência política de partidos políticos e grupos de esquerda. (TELLES apud CÂMARA: 2006)

A reflexão acerca da sociedade civil, antes tomada como impotente diante do Estado enquanto instrumento de transformação política e econômica da sociedade, agora aparecia como alternativa comemorada frente ao Estado totalitário. Os novos movimentos eram exaltados como

expressão da possibilidade da sociedade civil se transformar em “espaço de liberdade”, em contraposição a uma espécie de espaço da violência representado pelo Estado opressor. (CÂMARA: 2006, p.7)

#### 4.2 – Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da UFRJ, financiada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, analisou as manifestações e os protestos coletivos na capital fluminense ocorridos entre 1993 e 2008. Intitulado “Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro”<sup>4</sup>, o estudo conceituou “conflito urbano” como toda e qualquer manifestação pública coletiva que tivesse a cidade do Rio de Janeiro não só como arena, mas também como objeto da reivindicação. E é esse conceito de conflito urbano que será utilizado aqui.

Os conflitos urbanos foram registrados, analisados e divulgados em uma página na internet do Observatório. As fontes usadas foram: jornais diários (O Globo, O Dia e Jornal do Brasil); rádio (Rádio CBN); televisão (as duas edições diárias do RJTV); ouvidorias de órgãos estatais; anais da Câmara dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro; os próprios agentes dos conflitos, através da página na internet do Observatório; e a equipe do Observatório.

Na pesquisa, é classificado como conflito o evento em que agentes coletivos reivindicam publicamente a cidade, e os conflitos urbanos registrados pelo Observatório são classificados conforme as seguintes variáveis: objeto do conflito, forma do conflito e agentes envolvidos (mobilizados ou reclamados).

Os objetos da reivindicação, aqui enumerados em ordem decrescente de incidência no Observatório, podem ser: segurança pública; transporte, trânsito e circulação; acesso e uso do espaço público; moradia; saúde; educação; legislação urbana e uso do solo; água, esgoto e drenagem; rios, lagoas e praias; parques, jardins e florestas; espaço sonoro e visual; infraestrutura urbana; vizinhança; patrimônio histórico; lixo e resíduos; e energia e gás.

Em relação às formas de conflito, o Observatório as dividiu nas seguintes categorias (também enumerados em ordem decrescente de incidência): manifestação pública; fechamento

---

<sup>4</sup> O Observatório dos Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro (<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br>) foi uma iniciativa do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ettern/Ippur/UFRJ). Teve vigência entre novembro de 2006 e dezembro de 2008. O Observatório foi coordenado pelos professores Carlos B. Vainer e Henri Acselrad, contou com o apoio do CNPq, UFRJ e Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

de vias; passeata; abaixo-assinado, cartas, solicitações, etc; denúncia pública via Ministério Público; confronto direto com forças de segurança; depredação; denúncia via meios de comunicação; carreata, motociata ou bicicletata; ocupação de prédios ou terrenos; paralisação e/ou greve; e judicial.

Os coletivos mobilizados – aqueles que realizam a manifestação – podem ser (também em ordem decrescente de incidência): moradores ou vizinhos; grupos de amigos e/ou parentes; estudantes; profissionais da mesma área; associações de moradores; camelôs, feirantes e artesãos; ONGs; sindicatos ou associações profissionais; parlamentares; movimentos de moradia e sem tetos; outros movimentos sociais; entidades ambientalistas; detentos e/ou familiares; clubes e/ou condomínios.

E, por fim, as instituições reclamadas (em ordem decrescente de incidência) foram classificadas em: governo municipal; governo estadual; Polícia Militar; empresa privada; governo federal; Guarda Municipal; poder judiciário; sociedade como um todo; pessoa física; empresa de ônibus; poder legislativo; Polícia Civil; companhia de água; clube e condomínio; companhia de luz; companhia telefônica; companhia de trem; Corpo de Bombeiros; e companhia de gás.

Na página na internet da pesquisa, é dito que “tais conflitos fornecem um retrato e uma chave de leitura para a complexidade e diversidade do espaço urbano”<sup>5</sup>. Ou seja, os diferentes grupos sociais de uma cidade expõem seus problemas e seus anseios através de manifestações públicas. E foi justamente esse o objetivo do Observatório, um projeto financiado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro: permitir que os vereadores tivessem acesso às principais reivindicações da população da cidade.

Atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas e simbologias oferecem um quadro complexo e diferenciado da cidade. Como e onde se manifestam os conflitos? Que reivindicações, anseios e frustrações emergem? De que maneira a desigualdade sócio-espacial se expõe a partir de informações sistemáticas? Movimentos sociais organizados e manifestações de multidões, ações coletivas na justiça ou abaixo-assinados, inúmeras são as formas através das quais a cidade expõe sua desigualdade e, mais do que isso, elabora as formas de enfrentá-la.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/texto.asp?ct=Apresenta%E7%E3o>>. Acesso em 25 de outubro 2009.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/texto.asp?ct=Metodologia>>. Acesso em 25 de outubro de 2009.



No entanto, os eventos registrados no Observatório mostram que a população do Rio de Janeiro não tem uma visão homogênea da cidade. Os conflitos indicam que diferentes grupos sociais possuem interesses antagônicos quando pensam o espaço urbano. “Em sua multiplicidade, oferecem rico material para desvendar as desigualdades urbanas e as relações que diferentes setores da população estabelecem com sua cidade e com as políticas governamentais aplicadas”<sup>7</sup>. Há mobilizações contraditórias entre si, já que os moradores da Zona Sul da capital fluminense não têm os seus direitos atendidos da mesma forma que aqueles que vivem na Zona Norte, por exemplo.

É na conflitualidade cotidiana, e não apenas, nem principalmente, nas explosões e crises, que podem ser encontradas e lidas as dinâmicas sociais através das quais, se assim se pode dizer, nossas cidades falam. E elas falam múltiplas linguagens, mesmo porque, como desde os anos 20 ensinou a Sociologia Urbana de Chicago, densidade e heterogeneidade fazem a cidade. É por esta razão que o estudo da conflituosidade urbana oferece rica chave para a leitura da realidade e dinâmica urbanas. A diversidade e multiplicidade da cidade aparecem, quase em estado virgem, nos conflitos, eles mesmos dispersos e múltiplos.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/novo/texto.asp?ct=Apresenta%E7%E3o>>. Acesso em 25 de outubro 2009.

<sup>8</sup> Idem. Acesso em 25 de outubro de 2009.

## 5 – A segurança pública como objeto do conflito urbano

O “Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro” coletou, entre 1993 e 2008, mais de 1.700 eventos conflituosos. Na pesquisa que se segue, serão analisados apenas os conflitos registrados entre 2007 e 2008 pelos jornais O Dia e O Globo e que tenham como objeto a segurança pública. Esse recorte corresponde a um universo de 77 conflitos diferentes: 59 deles noticiados em O Globo e 49 em O Dia – 31 eventos foram publicados nos dois veículos.

Segurança pública é o tema mais característico do Observatório. Prova disso, é a elevada frequência com que esse assunto mobiliza os moradores do Rio de Janeiro. Dos 1733 conflitos registrados, 643 são referentes à segurança pública, ou seja, o objeto mais incidente no Observatório.

A conflitualidade também nos fala das violências urbanas e, em particular, da violência criminal e da violência policial. Estudo piloto realizado indica que cerca de 30% centro das manifestações coletivas entre 1993 e 2003 estiveram referidas à questão da segurança pública e, de modo mais genérico, à violência urbana – seja ela policial, seja ela estritamente criminal. Análises preliminares destes resultados informam igualmente quão distintas são, no tecido e no espaço urbano, as formas de manifestação “contra a violência” e “por segurança”, conforme os bairros e regiões da cidade.<sup>9</sup>

Não só no Observatório, mas também e principalmente na imprensa carioca, a segurança pública mostra-se como o objeto de reivindicação que desperta mais paixões dos vários lados envolvidos. Um assunto em que facilmente se constroem estereótipos, preconceitos e maniqueísmos, já que os personagens principais são policiais militares, traficantes, moradores de favelas e a classe média – essa, muitas vezes representada por organizações não-governamentais (ONGs). Confrontos entre PM e traficantes, assaltos seguidos de morte e balas perdidas são alguns dos itens que fazem com que os cariocas lidem com o tema “segurança pública” com paixão, já que entre as vítimas estão parentes, vizinhos, amigos e crianças.

A imprensa também evidencia, em seus textos, um envolvimento com o assunto. Nas notícias produzidas nos jornais relacionadas à segurança, termos como “culpado”, “inocente”, “suspeito”, “bandido” e “violência” indicam a subjetividade implícita nos relatos das motivações

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/texto.asp?ct=Metodologia>>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

desses conflitos. Assim como nos termos usados nos relatos das manifestações em si, como “pacífica”, “tumulto” e “hostilizavam”.

Breno Pimentel Câmara analisou os conflitos urbanos que reivindicaram a segurança pública no Rio de Janeiro entre 1993 e 2003. Na sua tese de mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Ippur da UFRJ – intitulada “Insegurança Pública e Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro” – o autor apontou um duplo padrão de reações sociais ao crime violento. Para isso, os dados empíricos utilizados foram os registros de eventos conflituosos organizados no Mapa dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro<sup>10</sup>. Breno Pimentel Câmara chegou à conclusão de que havia recorrência nas opções de forma de luta, nas motivações desencadeantes das manifestações públicas coletivas, na caracterização dos agentes mobilizados ou reclamados e na espacialização das ocorrências registradas.

Como mostra o autor, os conflitos urbanos que têm segurança pública como objeto são motivados, basicamente, por dois tipos distintos de violência. Um é a violência criminal, “causada geralmente por crimes comuns, latrocínios em geral, ocorridos majoritariamente no asfalto e apresentando manifestações públicas por justiça, pela paz e por maior eficiência da ação estatal no combate ao crime” (CÂMARA: 2006, 84). As manifestações são pacíficas, na orla ou no centro da cidade, e nos fins de semana – com alguns dias de intervalo entre o evento deflagrador e o conflito urbano.

O segundo tipo é a violência policial: incursões da PM nas favelas do Rio de Janeiro seguidas de morte de moradores. Seus conflitos são espontâneos, organizados por familiares e vizinhos imediatamente após o evento deflagrador, e têm como agente reclamado a Polícia Militar. A manifestação – realizada em via próxima do local da morte – tem como característica o fechamento de ruas com atos de violência, como queima de ônibus, pneus, entulhos e quebra-quebra.

(...) é de se notar que as localidades de moradia popular e favelas vêm sofrendo, no neoliberalismo, o incremento do tratamento violento, muitas vezes fatal, por parte do Estado, aos seus moradores. Se as cidades estão à venda, em busca de investimentos externos para consolidar a ‘modernização’, o Estado cumpre o papel de oprimir as localidades carentes, evitando que os espaços dos bens raros sejam ocupados pelos problemas (CÂMARA: 2006, 2-3).

---

<sup>10</sup> O Projeto Mapa dos Conflitos Urbanos deu origem ao Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro. O Mapa cobriu o período de 1993 a 2003, tendo como fontes de pesquisa três jornais diários – Jornal do Brasil, O Globo e O Dia – e os arquivos do Ministério Público Estadual.

Os conflitos urbanos relativos à segurança pública ocorridos entre 2007 e 2008 têm o mesmo perfil dos observados entre 1993 e 2003. Dos 77 conflitos analisados, 29 (37,66%) foram motivados pela incursão policial nas favelas do Rio de Janeiro. E 11 (14,29%) eventos foram organizados pela ONG Rio de Paz – motivadas por crimes comuns no asfalto, reivindicavam a paz e o fim da violência e foram realizadas na orla ou no centro da cidade. Houve também 23 (29,87%) manifestações que não tiveram a participação da ONG Rio de Paz, mas com as mesmas características.

## 6 – O conflito urbano como acontecimento

Nem todo fato, como já foi dito, é um acontecimento. E nem todo acontecimento vira uma notícia. Um conflito urbano pode ser um acontecimento e não virar notícia? Que características uma manifestação coletiva precisa ter para atrair a grande mídia? O chefe de reportagem da Editoria Rio do jornal O Globo, Rolland Gianotti<sup>11</sup>, afirma não haver uma “receita” para cobrir uma manifestação. Segundo ele, são vários fatores que podem gerar ou não a cobertura de um evento, como a quantidade de manifestantes, a causa do protesto, se é um motivo que já indignou a opinião pública, a consequência que aquela manifestação traz para cidade, se é uma mobilização inusitada e se aquele evento tem uma imagem forte que geraria uma boa foto – até para a primeira página. Gianotti explica:

Cem professores fecham o Centro. Aquilo dá um nó no trânsito, vai atingir muita gente, então eu tenho que cobrir. Mas se são dez pessoas na calçada da Prefeitura, dificilmente eu vou cobrir. Levamos em consideração o tamanho da manifestação e como aquilo está refletindo na cidade. Mas não é só isso, porque além da quantidade de pessoas, o objetivo da manifestação é importante. Se for um assunto que já indignou a opinião pública, tem que cobrir, não importando se a manifestação reúne uma, dez, cem ou mil pessoas. Por exemplo, dois pais protestando em frente ao Palácio Guanabara contra a morte do filho. Vamos cobrir, porque apesar do número pequeno de pessoas, a causa é importante. É inusitado. Pode até não mexer com o trânsito da cidade. Já o que não tem relevância ou nada de inusitado, curioso ou impactante não merece ser noticiado.

Um coletivo mobilizado reivindicando a cidade, em protesto, em um espaço público, é, sem dúvida, um ato político. Quando um chefe de reportagem de um jornal de circulação nacional decide se cobrirá ou não aquele evento, ele está decidindo muito mais do que o conteúdo da edição do dia seguinte daquela publicação. Ele está decidindo se dará mais força política ou não àquele ato. Mas se um conflito urbano não for noticiado por nenhum veículo, ainda assim ele será um acontecimento?

Pierre Bourdieu, em seu livro “Sobre a televisão”, discute a publicidade dada a manifestações pela televisão e os limites que isso representa ao poder de reivindicação da sociedade. O autor diz que hoje é mais importante a presença da televisão em um protesto do que

---

<sup>11</sup> Rolland Gianotti é chefe de reportagem da Editoria Rio do jornal O Globo desde 1999. A entrevista foi concedida, pessoalmente, no dia 18 de novembro de 2009.

a quantidade de manifestantes. “A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política” (BOURDIEU, 1997: 29). Quando uma manifestação não é noticiada, é como se ela não existisse. O público – telespectador – fica sem saber que um determinado grupo social de um determinado bairro está descontente, por exemplo, com a atuação da Polícia Militar naquela localidade.

Nessas lutas, hoje, a televisão desempenha um papel determinante. Os que ainda acreditam que basta se manifestar sem se ocupar da televisão correm o risco de errar o tiro: é preciso cada vez mais produzir manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por elas, obterão sua plena eficácia. (BOURDIEU: 1997, p.30).

Apesar de o autor ter como tema a televisão, a argumentação usada também é adequada para outros meios de comunicação. Bourdieu explicita que uma pequena manifestação com a cobertura da mídia teria mais força que uma com 50 mil manifestantes que não fosse noticiada pelos grandes meios de comunicação. Esse poder relatado por Pierre tem um efeito no real, que é a preocupação do coletivo mobilizado em chamar a atenção da imprensa. “Em intenção da mídia fazem-se alguns truques que vão impressioná-la: uma fantasia, máscaras, e se obtém, pela televisão, um efeito que pode não estar longe do que seria obtido por uma manifestação de 50.000 pessoas” (BOURDIEU: 2006, p.29). O inusitado da manifestação ganha mais importância do que o objeto de reivindicação ou o número de manifestantes.

Quando Bourdieu indica a autoridade conquistada pelos meios de comunicação sobre as mobilizações públicas, ele denuncia o exclusivo poder da mídia em decidir qual manifestação é válida para que seja noticiada e qual não é, ou ainda, quem tem existência política e quem não tem na cidade do Rio de Janeiro. A argumentação de Bourdieu sobre a televisão concorda com o que foi dito sobre o papel jornalismo na apreensão do acontecimento: se antes cabia aos historiadores julgar o que era ou não um acontecimento, agora essa função é exclusiva dos meios de comunicação.

Em relação aos conflitos urbanos do Rio de Janeiro, esse poder significa uma limitação do conhecimento do leitor sobre as reivindicações da população na cidade, já que elas passam pelo filtro dos meios de comunicação. A leitura da cidade, dos seus conflitos e de suas contradições é limitada pelos critérios nem sempre claros dos profissionais da imprensa para julgar o que é ou não notícia. Entretanto, mais do que afetar a análise de pesquisadores e

estudiosos sobre as reivindicações urbanas, o poder conferido aos meios de comunicação influencia diretamente na própria organização das manifestações.

Suponhamos que hoje eu queira obter o direito à aposentadoria aos 50 anos. Há alguns anos, eu teria feito uma manifestação, teríamos carregado cartazes, teríamos desfilado, teríamos ido ao Ministério da Educação Nacional; hoje, é preciso contratar – eu mal exagero – um bom consultor em comunicação. (BOURDIEU: 1997, P.29)

## 6.1 – Rio de Paz

A ONG Rio de Paz é um coletivo mobilizado que demonstra preocupação com a publicidade de suas manifestações para a consecução dos seus objetivos: mobilizar a sociedade civil para exigir do poder público mais segurança. A página na internet da ONG, por exemplo, possibilita que o usuário saiba quando serão as próximas manifestações, além de poder se informar e ver as fotos das anteriores. Com esse recurso na rede e com uma equipe de 21 profissionais e cerca de 140 voluntários que são convocados para os protestos, a Organização conseguiu que todos os atos realizados entre 2007 e 2008 fossem noticiados pela imprensa. Nesse período, foram 23 mobilizações.

Surgida em 2007, “logo após a onda de atentados que varreu a cidade do Rio de Janeiro, no final do ano de 2006”<sup>12</sup>, a ONG teve como objeto de todos os seus conflitos urbanos a segurança pública. O tipo de violência combatida se enquadra no primeiro perfil apontado por Breno Pimentel Câmara: a violência criminal, causada geralmente por latrocínios no asfalto, gerando manifestações pacíficas por justiça, na orla ou no centro da cidade, e nos fins de semana – com alguns dias de intervalo entre o evento deflagrador e o conflito. Além disso, as manifestações da ONG Rio de Paz são sempre pautadas pela dramaticidade e pelo inusitado, de forma a sempre impressionar a mídia, como sugere Bourdieu.

Cruzes fincadas na Praia de Copacabana, protestantes simulando cadáveres no calçadão da mesma praia e manifestantes segurando velas em silêncio em frente à Câmara dos Vereadores foram alguns dos artifícios já usados pela ONG para chocar a população e, sobretudo, atrair a atenção dos meios de comunicação. O inusitado, somado à plasticidade e à pouca movimentação daquelas cenas, gerou boas fotos em jornais, nas primeiras páginas, e boas imagens nos telejornais. Enfim, destaque para o protesto. Como reitera Rolland, “todo mundo da imprensa

---

<sup>12</sup> Disponível em: <[http://www.riodepaz.org.br/quem\\_somos.asp](http://www.riodepaz.org.br/quem_somos.asp)>. Acesso em 30 de outubro de 2009.

sabe que os protestos da Rio de Paz geram boas fotos e que podem ser usadas até na primeira página”.

O coordenador das manifestações da ONG Rio de Paz, Pierre Yves<sup>13</sup>, afirma que a imprensa é avisada na véspera, por textos e releases, que haverá manifestações, “geralmente com 12 a 24 horas de antecedência, através da Approach, que faz este trabalho para nós. Não antes por questão estratégica nossa”. Rolland confirma: “eles avisam à imprensa com antecedência. Hoje em dia, poucas são as manifestações que não são comunicadas antes”. Pierre explica que, não só os meios de comunicação, mas também a prefeitura, a Polícia Militar e “outros órgãos interessados” são comunicados para que o protesto seja autorizado – o que explicita o caráter ordeiro e pacífico dos atos da ONG Rio de Paz, nunca em confronto com as autoridades.

Não somos governo que tem verbas publicas para fazer conhecidas as suas realizações, nem empresa para bancar propaganda na mídia, somos um grupo de cidadãos de bem que quer ser ouvido na suas reivindicações por uma ação urgente no campo da segurança pública numa cidade onde o cheiro de sangue e de morte corra pelas suas ruas.

É de se notar que a Rio de Paz possui uma estrutura complexa, responsável pelo funcionamento da ONG e capaz de pôr em prática as trabalhosas manifestações e de divulgá-las na mídia. Além do diretor executivo, Antônio Carlos Costa, que é sempre o entrevistado nas matérias jornalísticas sobre os conflitos da Rio de Paz, e do coordenador de manifestações, Pierre Yves, há o Conselho Consultivo – composto por nove pessoas –, uma gerente de Comunicação e Direção de Arte, um gerente de Marketing e Projetos, uma assessora de Internet, duas assessoras de imprensa, uma redatora das Newsletters, um coordenador operacional, um gerente de Contabilidade e Finanças, uma secretária e um fotógrafo.

Em relação à organização das manifestações, Pierre disse que há um pequeno grupo com essa função, um Conselho Deliberativo, que faz contato por e-mail ou telefone para, em seguida, se encontrar ou combinar “tudo por e-mail mesmo”. A partir dali, as tarefas são “divididas de acordo com o tempo e as disponibilidades de cada um”, pois, além da divulgação das manifestações para a imprensa e autoridades, há a arte, confecção das faixas e compra de material “de acordo com a caixa do momento”.

---

<sup>13</sup> O coordenador de manifestações da ONG Rio de Paz, Pierre Yves, mantinha essa função desde a fundação da ONG. Ele concedeu entrevista por e-mail. As perguntas foram enviadas no dia 29 de outubro de 2009 e ele as respondeu no dia 14 de novembro de 2009.



Temos um grupo de pessoas sempre prontas em intervir. Um grupo para intervenção rápida, que é composto de duas a cinco pessoas, que são as mais proativas do movimento e que são mais fáceis de serem mobilizadas. Com elas, um protesto é montado no mesmo dia, para o mesmo dia. Protestos que exigem uma logística de montagem e de compra mínima.

Um outro grupo, bem maior, de mais ou menos 140 pessoas, é acionado quando temos mais tempo para preparar o protesto, quatro a cinco dias em média, e estão cadastradas para este tipo de eventos que exigem maior número de voluntários. Em média são utilizadas 30 a 50 pessoas, e vai gente de todas as idades. Protestos que demandem um gasto maior e um operacional mais complexo.

Tudo é feito na base do voluntariado e da ‘vaquinha’!

Tendo como principal objetivo “lutar pela redução da violência no Brasil, especialmente dos homicídios”<sup>14</sup>, a Rio de Paz entende caber ao poder público a responsabilidade de garantir a paz à população. Os motivos que geram as manifestações são assassinatos de “pessoas inocentes” – normalmente oriundas da classe média ou da classe alta do Rio de Janeiro – vítimas de assaltos seguidos de morte por criminosos.

Entre os casos mais emblemáticos, estão o de Gabriela Prado Maia, morta aos 14 anos ao ser alvejada no peito por uma bala perdida em um assalto dentro da estação do metrô, em 2003; o do menino João Hélio, de seis anos, morto arrastado por assaltantes em fevereiro de 2007; e o de Daniel Duque, de 18 anos, assassinado por um segurança na porta de uma boate em Ipanema. Em vários conflitos movidos pela Rio de Paz, familiares e amigos dessas vítimas estavam presentes. Pierre Yves, porém, nega haver critérios para analisar os fatos violentos que podem gerar manifestações.

Não há critérios. O que nos move sempre é a indignação com o descaso grosso que reina em nossa cidade, e pelo país, quando o assunto é violência, homicídio, violação a qualquer direito humano. Virou cultura, ficamos desalmados, só reagimos quando a violência bate a nossa porta, damos alguns gritos que caem no vazio, e tentamos administrar o resto das nossas vidas com este tremendo prejuízo em nossa vida particular. Só no RJ são milhares a cada ano, nada é feito, não há cobrança de metas para a segurança pública, fica a bel prazer do homem político no cargo naquele mandato, que empurra para o próximo a ineficiência crônica desta pasta.

A classe média de modo geral aplaude quando o assunto é mandar aço para os ditos bairros pobres, mas não suportaria

---

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://www.riodepaz.org.br/quem\\_somos/objetivos.asp](http://www.riodepaz.org.br/quem_somos/objetivos.asp)>. Acesso em 30 de outubro de 2009.

o mesmo tratamento em seus condomínios ou no seu bairro. Os mais desfavorecidos ficam sob fogo cruzado de Polícias, Milícias e traficantes, sem opção donde ir.

No período analisado – 2007 e 2008 – todos os conflitos movidos pela Rio de Paz foram na Zonal Sul ou no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, em novembro de 2009, a ONG teve a sua primeira manifestação fora desse padrão, ou seja, em um bairro pobre. No dia 2 daquele mês, Dia dos Finados, a ONG fincou 20 cruzeiros na Favela Mandela de Pedra, em Manguinhos, em alusão às 20 mil mortes ocorridas entre janeiro de 2007 e setembro de 2009 na cidade, segundo dados da própria Organização. A Rio de Paz iniciaria, naquela manifestação em Manguinhos, uma tentativa de desvinculação da ONG à Zona Sul. Pierre Yves confirmou que a tradicional escolha por bairros nobres e pelo Centro está relacionada com a garantia de repercussão nos meios de comunicação:

Tudo é questão de momento, do tipo de protesto, da mensagem que queremos passar e comunicar para a sociedade, da imagem que queremos criar em cima dum fato. Na Zona Sul, é evidente que a repercussão é maior na mídia nacional e internacional. No centro, só a mídia nacional. E agora que estamos indo para as periferias e favelas, para a nossa surpresa, a imprensa tem nos seguido em peso, tanto a nacional quanto a internacional.

Seguindo o mesmo raciocínio, Rolland Gianotti concorda que manifestações na Zona Sul do Rio de Janeiro têm, no caso do jornal O Globo, mais chance de serem noticiadas. “Porque é onde está o público-alvo do jornal. É uma área da cidade que repercute no mundo inteiro. Se o New York Times cobre, por que eu não vou cobrir?”, argumenta. A divulgação na véspera para a imprensa e a Zona Sul e o Centro da cidade como palcos, como já foi dito, contribuem para que os conflitos sejam divulgados. Tanto é que todas as mobilizações da ONG foram noticiadas pela grande mídia. Porém, Pierre garante não haver qualquer acordo ou conversa prévia com algum órgão de imprensa. Ele acredita que o motivo da constante cobertura jornalística deve-se à seriedade, à continuidade e a uma suposta rapidez de resposta da Rio de Paz a algum fato violento:

Desde o primeiro dia, temos tido este retorno da imprensa. Existe um tipo de parceria inexplicável entre ela e nós. Algumas manifestações tiveram repercussões maiores ou menores de fato, e não temos nenhum controle ou explicação para isso. cremos que um trabalho sério, um discurso equilibrado e contundente, o fato de nenhum de nós ter esperado ter sido atingido pela tragédia para sair às ruas, o fato também do nosso movimento não ser espasmódico (inicia e logo murcha, como muitos movimentos ligados à violência), o vazio de ação vindo da população civil sem

algum outro interesse próprio, o fato de termos reação rápida em cima dum fato e etc. podem ser o início duma explicação.

A bandeira levantada pela ONG – de que a sociedade civil deve cobrar e pressionar o poder público por mudanças na segurança pública – pressupõe a participação dos meios de comunicação.

O Rio de Paz quer mobilizar e chamar para a participação popular a sociedade civil adormecida e indiferente no debate da violência e da segurança pública, e fazer lá sentar ao lado das suas autoridades para exigir um novo tipo de abordagem para este assunto que é visto hoje como periférico (...). cremos que a história já mostrou que as autoridades instituídas num país – a única força que pode legalmente mudar uma situação adversa ou uma violação aos direitos básicos do cidadão – só se movem quando são pressionadas insistentemente, pacificamente e sem trégua pela sociedade civil. Só uma participação popular ampla pode mudar este quadro desesperador que vivemos no campo da segurança pública no país. Só quem está desalmado, ou tem alma de andróide, não consegue se emocionar e se indignar com os relatos e situações vividas pelos nossos compatriotas ao redor de nós. A imprensa é uma poderosa ferramenta de mobilização e informação da população neste sentido, para o bem, e de forma imparcial.

Em matéria publicada em O Globo, no dia 8 de abril de 2007, intitulada “Protesto contra a violência estende mil ‘corpos’ no calçadão de Copacabana”, fica explícito o uso de “truques” para impressionar a mídia, como disse Pierre Bourdieu. Mais importante que o objeto da reivindicação é a forma em que se dá a manifestação. No lide das matérias, o foco é o choque que o ato provoca na população e o inusitado, e não aquilo que é pleiteado pelo coletivo mobilizado. O evento noticiado aconteceu na véspera, um sábado.

A cena impressionou quem passou pela Praia de Copacabana ontem de manhã. Cerca de mil pessoas, entre crianças, jovens e adultos, deitaram-se no calçadão de mãos dadas, simulando cadáveres, em protesto contra os mais de mil homicídios no estado nos três primeiros meses de 2007. Foi a segunda grande manifestação organizada pela ONG Rio de Paz, que, em março, fincou 700 cruzeiros na mesma praia.<sup>15</sup>

Nos conflitos movidos pela ONG Rio de Paz, o número de homicídios na cidade do Rio de Janeiro no corrente ano é, de alguma forma, representado. Balões vermelhos e cruzeiros já foram

---

<sup>15</sup> MOUSSE, Simone. Protesto contra violência estende mil “corpos” no calçadão de Copacabana: Manifestação alertou para o número de homicídios no estado este ano. O Globo, 8 de abril de 2007. Rio, página 23.

alguns dos artifícios. Na mobilização do dia 19 de abril de 2007, uma quinta-feira – fugindo à regra das manifestações nos fins de semana –, 1.300 rosas vermelhas foram usadas para representar os assassinatos naquele ano.

Dessa vez não foram cruzeiros nem corpos. A areia da Praia de Copacabana amanheceu florida. Impulsionado pelos recentes episódios de violência que atingiram a cidade, o movimento Rio de Paz realizou, ontem pela manhã, mais um de seus atos públicos. Num trecho da praia, na altura da Avenida Princesa Isabel, foram fincadas na areia cerca de 1.300 rosas vermelhas, representando o número, aproximado, de assassinatos que aconteceram do início de janeiro até anteontem. O local foi batizado como Jardim da Morte.<sup>16</sup>

No dia 30 de junho do mesmo ano, foram usadas camisas vermelhas para “contabilizar” as vítimas de homicídios no Rio de Janeiro. Assim como o conflito anterior foi batizado pelos próprios manifestantes de “Jardim da Morte”, o evento seguinte foi nomeado como “Campo de Batalha”.

A ONG Rio de Paz, na manhã de ontem, organizou mais uma manifestação na praia de Copacabana para chamar a atenção da situação de violência no Rio de Janeiro. O ato pacífico foi chamado de “Campo de Batalha”, onde cerca de 200 pessoas, vestindo camisas vermelhas para simbolizar o sangue, deitaram na areia da praia lembrando o número de homicídios no Rio, que neste primeiro semestre do ano já chega a 2.300 vítimas<sup>17</sup>.

Ainda na Praia de Copacabana e também em 2007, outro protesto foi realizado e, mais uma vez, batizado: “Uma Hora Pela Vida”.

A ONG Rio de Paz, realizou mais um protesto na praia de Copacabana. Em apelo contra a violência, manifestantes vestidos de preto, segurando velas e cartazes ficaram em silêncio por uma hora. O grupo pretende fazer a vigília chamada de “Uma Hora Pela Vida”, todas as segundas-feiras até que o número de homicídios no Estado do Rio de Janeiro - uma média de 17 por dia – seja reduzido.<sup>18</sup>

Na mesma altura da Praia de Copacabana, a ONG Rio de Paz fechou o ano de 2007. O conflito do dia 15 de dezembro de 2007 também teve rosas para quantificar os homicídios, mas

---

<sup>16</sup> As rosas do luto: Uma flor para cada uma das 1.300 vítimas da violência. O Globo, 20 de abril de 2007. Rio, página 17.

<sup>17</sup> O Dia – 1/7/2007

<sup>18</sup> 9/10/2007 O Globo

dessa vez foram seis mil. A matéria de O Globo do dia seguinte também o modo como foi “montado” o protesto. Diferente dos conflitos “espontâneos”, a Organização usou bastante tempo para realizar o ato, contando ainda com a ajuda de voluntários para executar a ideia de pendurar seis mil rosas em um varal.

A praia de Copacabana amanheceu na manhã do dia 15 de dezembro de 2007 com um enorme varal de dois quilômetros de extensão, onde seis mil rosas encontravam-se penduradas em posição invertida. O ato, que aconteceu em frente a Av. Princesa Isabel, foi a última manifestação do ano organizada pela ONG Rio de Paz pela redução de homicídios no Estado. Somente este ano foi registrado aproximadamente seis mil casos. Cada rosa estendida no varal representava uma vida perdida. (...) Mais de cem voluntários ajudaram a montar o varal. O trabalho levou a madrugada inteira do dia 14 para o dia 15 de dezembro para ser concluído. Pela manhã, já com o varal totalmente estendido, os voluntários entregavam rosas aos pedestres que passavam e um manifesto em papel com 16 reivindicações para reduzir a insegurança.<sup>19</sup>

A ONG Rio de Paz não só organizou manifestações, mas também atuou várias vezes como apoiadora da causa. Como, por exemplo, no protesto que ocorreu no dia 14 de fevereiro de 2007. Na ocasião, parentes de várias vítimas de latrocínios foram à missa de sétimo dia da morte do menino João Hélio – assassinado no dia 7 daquele mês ao ser arrastado por sete quilômetros durante um assalto na Zona Norte do Rio de Janeiro. Sem ter participado da organização daquele conflito urbano, a Rio de Paz compareceu no evento e entregou uma carta, que foi lida em voz alta, ao governador Sérgio Cabral cobrando “a formação de comissões autônomas” no estado.

O Globo, na edição do dia seguinte, mostrou como uma manifestação pode ser usada para atender outros interesses da publicação. Naquela época, diversos setores da sociedade civil em todo o país, além de políticos e de boa parte da imprensa – incluindo o jornal O Globo –, faziam campanha pela redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e para penas mais duras para crimes hediondos. O que se viu no jornal durante os dias seguintes ao assassinato do menino foi o total atrelamento daquele crime à necessidade de mudanças no Código Penal Brasileiro. A primeira página da edição do dia 15 de fevereiro de 2007, sob a vinheta “álbum da impunidade”, trazia várias fotos, que ocupavam grande parte da página, mostrando parentes de vítimas de latrocínios que tiveram repercussão na mídia na época. As imagens, entretanto, ilustravam um

---

<sup>19</sup> O Globo – 16/12/2007

título que não estava relacionado diretamente à manifestação: “Câmara aumenta o regime fechado para crime hediondo”.

Mais do que uma homenagem ao menino João Hélio Fernandes, a missa celebrada ontem na Igreja da Candelária, no Centro, foi um ato de protesto contra a violência do Rio. Cerca de mil pessoas estiveram na cerimônia para pedir paz e justiça. Faixas, cartazes e camisetas lembravam os nomes de outras dezenas de vítimas do crime na cidade, muitos que sequer tiveram repercussão. Integrantes do movimento Rio de Paz entregaram uma carta ao governador Sérgio Cabral, que foi lida em voz alta, sugerindo a formação de comissões autônomas no estado e cobrando mais ações nas áreas de educação e saúde. Após a missa, centenas de manifestantes seguiram em passeata pelas ruas do Centro até a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), onde fizeram um minuto de silêncio, rezaram de mãos dadas e cantaram o Hino nacional.<sup>20</sup>

O governador Sérgio Cabral recebeu ontem no Palácio Guanabara parentes de Daniel Duque e Ramon Fernandes da Silva, de 6 anos (vítima de bala perdida na Favela do Muquição, em Guadalupe, no último sábado). Após a reunião, a ONG Rio de Paz lançou dois balões vermelhos com cruzeiros pretas em frente à sede do governo, para protestar contra as duas mortes. A entidade também exibiu um cartaz com números de homicídios no estado.

Parentes das vítimas<sup>21</sup>

## 6.2 – Ação policial nas favelas

O período recortado – 2007 e 2008 – não mostra, em relação à segurança pública, apenas conflitos mobilizados por moradores do asfalto contra a alta taxa de criminalidade no Rio de Janeiro e contra a ineficácia do Estado na repressão a facções criminosas. Nota-se também, no Observatório, uma elevada incidência de conflitos nas favelas da cidade cujo coletivo reclamado é a Polícia Militar. Diferente do que acontece com os eventos movidos pela ONG Rio de Paz, os conflitos nas favelas não são organizados com antecedência. Esses conflitos são espontâneos, já que tratam-se de parentes e vizinhos que vão às ruas se manifestar momentos depois que a Polícia Militar vitimou um morador daquela comunidade em uma de suas incursões.

---

<sup>20</sup> MOTTA, Cláudio; PONTES, Fernanda. Unidos pela dor – Missa por João na Igreja da Candelária se transforma em painel da violência na cidade. O Globo, 15 de fevereiro de 2007. Rio, página 16.

<sup>21</sup> Protesto contra duas mortes: Rio de Paz solta balões em frente ao Guanabara e Cabral recebe parentes de vítimas. O Globo, 2 de julho de 2008. Rio, página 12.

Para Rolland Gianotti, esse tipo de evento traz uma dificuldade para imprensa evidente quando comparado com os atos da Rio de Paz. Enquanto que, no caso da ONG, a redação já está preparada para a cobertura, pois foi avisada com antecedência, as mobilizações contra a PM, e sua espontaneidade característica, representam vários problemas para os jornalistas. Entre eles, o de chegar ao local do conflito a tempo. Gianotti lembra:

Nesse caso, há duas situações. Ou nós já estamos no local, cobrindo a operação da PM, e ficamos para cobrir a manifestação. Ou, quando não estamos acompanhando a PM, nós temos as nossas fontes que nos informam da manifestação e, então, temos que dar um jeito de chegar lá a tempo. O que é um problema. Quando a manifestação é espontânea, ela dificulta a nossa locomoção, porque quando há fechamento de via, da Linha Vermelha, por exemplo, o trânsito fica parado e nós também ficamos presos no trânsito. Então, temos que pegar as informações de outra maneira, com alguém que estava lá, com um morador. Mas isso significaria não ter fotos da manifestação, já que o fotógrafo não conseguiu chegar lá a tempo. Com a ONG Rio de Paz é diferente. Os manifestantes podem esperar, podem fazer aquela cena toda de novo. Nas manifestações contra a PM não, porque ninguém vai ficar botando fogo toda hora em ônibus.

Na cobertura desses conflitos pela imprensa, também são percebidas diferenças em relação à cobertura das manifestações da ONG Rio de Paz. O foco não mais é o choque que o ato provoca na população. No lead das matérias, é dada importância para as consequências negativas da manifestação para a população, como congestionamentos e atrasos de ônibus. Usando termos pejorativos, como “tumulto”, para classificar o evento, os textos ainda informam como a Polícia Militar “controlou” a manifestação.

É de se destacar que há uma maior riqueza de detalhes nas descrições feitas pelos jornais dos crimes e conflitos deflagrados em virtude deles, quando no asfalto. E uma expressiva desinformação em relação ao nome das vítimas, ao número de manifestantes e ao desenrolar dos fatos, quando nas favelas. Destaca-se ainda o fato de as manifestações das favelas contra a morte violenta de seus moradores serem, via de regra, reprimidas, pela mesma polícia que causou a manifestação, em um curto espaço de tempo entre a manifestação e a repressão. Repressão também violenta, com utilização de bombas de efeito moral, e comportamento violento, na dispersão. (CÂMARA: 2006, 86)

No dia 18 de junho, como noticiou O Globo no dia seguinte, um menino de oito anos foi baleado na cabeça e no abdômen durante uma troca de tiros entre traficantes e policiais do 18º

BPM (Jacarepaguá), no interior da Cidade de Deus, na localidade conhecida como Apartamentos. Dessa vez, a baixa idade da vítima impediu qualquer acusação de que se trataria de um “bandido”. No noticiário cotidiano sobre as trocas de tiros em favelas, onde as mortes são comuns, a Polícia Militar afirma, através da imprensa, que a vítima seria um “suspeito”, mesmo estando morta e, obviamente, sem condições de se defender. Porém, quando os assassinados são crianças ou pessoas idosas – o que não é incomum nos confrontos entre PM e traficantes – esse tipo de acusação se torna inviável.

Moradores da Cidade de Deus fizeram ontem à tarde um protesto contra o tiroteio que terminou com o menino Brian da Silva Alves, de 8 anos, baleado na cabeça e no abdômen. Eles atearam fogo a pneus e troncos de árvore, interditando a Estrada do Gabinal por cerca de meia hora, causando congestionamentos nas principais vias de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca. O tumulto foi rapidamente controlado pela Polícia Militar.<sup>22</sup>

Como aponta Breno Pimentel Câmara, a mesma Polícia Militar que, em suas incursões nas favelas do Rio de Janeiro, vitima moradores, gerando protestos movidos por familiares e vizinhos contra ela, é a instituição que reprime as manifestações. Derrubar motos, apontar fuzis e dar socos foram algumas das atitudes da PM na mobilização do dia 12 de março de 2007 em Inhaúma, em frente ao cemitério do bairro, onde era velado o corpo do mototaxista Jacson Vieira da Silva, de 25 anos, morador da Favela da Grota, no Complexo do Alemão. Na ocasião, mototaxistas fecharam o trânsito em protesto contra a morte do amigo. Parentes afirmavam que, na noite de sábado, Jacson levava um passageiro para a Central do Brasil, mas foi parado por dois policiais militares, que teriam saído da viatura atirando, matando Jacson e ferindo gravemente o outro passageiro. Já a corporação alegou que o tiro teria sido disparado da favela, atingindo o carro da Polícia e, depois, os dois ocupantes da moto.

(...) Os policiais foram ao local impedir que outros cerca de 50 mototaxistas fechassem a rua em protesto pela morte do colega. Durante negociação para que fossem retiradas motos que bloqueavam a Avenida Pastor Martin Luther King Jr., um dos PMs, o cabo Paz, disparou seu fuzil quatro vezes para cima. Depois, outro PM, identificado como Nascimento, que dirigia viatura, acelerou e derrubou 15 motos.

Em seguida, manifestantes e policiais partiram para agressões. Enquanto os mototaxistas jogavam pedras e

---

<sup>22</sup> GOMES, Marcelo. Moradores da Cidade de Deus fazem protesto: Estado de menino baleado durante confronto entre policiais e traficantes é gravíssimo. O Globo, 19 de junho de 2008. Rio, página 21.



paralelepípedos, os PMs distribuíam socos e ameaças, apontando fuzis.<sup>23</sup>

No dia 1º de agosto de 2007, O Dia e O Globo noticiaram um conflito acontecido, na véspera, na Favela da Cotia, no Grajaú. O motivo do protesto foi a morte de um morador de 26 anos por policiais militares. No relato, os termos “cenário de guerra”, “distúrbio” e “tumulto” são usados para caracterizar a manifestação. E, mais uma vez, há um forte aparato policial para reprimir a manifestação. A matéria foi ilustrada por uma foto e, na primeira página, manchete intitulada “Depois do Pan, Rio volta à crueldade da guerra urbana”, também com foto, dava destaque para o protesto.

A Estrada Grajaú-Jacarepaguá, no Grajaú, Zona Norte, foi transformada ontem à noite em cenário de guerra, com seis veículos incendiados e outros dois depredados por moradores do Morro da Cotia, que protestaram contra morte de um rapaz da comunidade. Segundo testemunhas, o estudante de Administração William Alves Barros Barbosa, 26 anos, teria sido morto com um tiro por policiais à paisana, que chegaram ao local num Peugeot preto descaracterizado. O distúrbio acontece dois dias após o final dos Jogos do Pan, período de aparente tranqüilidade vivido na cidade. (...) Cerca de 70 policiais de várias unidades foram chamados ao local. Testemunhas contaram que a polícia teria usado bombas de efeito moral para conter a multidão. No Hospital do Andaraí, mais tumulto. Parentes da vítima não seguraram a emoção com a morte de William e teriam ameaçado quebrar a unidade de saúde. Ninguém ficou ferido durante o tumulto.<sup>24</sup>

O Globo, ao cobrir o mesmo evento, também fez uso de termos pejorativos. Além da palavra “tumulto” na matéria, há o subtítulo “Morte de universitário que chegava do trabalho provoca protesto e vandalismo de moradores da Favela da Cotia”. A notícia também teve manchete na primeira página e com foto.

Moradores da Favela da Cotia incendiaram ontem à noite dois ônibus e quatro carros particulares na Auto-Estrada Grajaú-Jacarepaguá. Outros dois ônibus foram depredados. Mais de 50 policiais do 6º BPM (Tijuca) das Rondas Ostensivas Nazareth Cerqueira (Ronac) e do Batalhão de Choque foram ao local para evitar outros atos de

---

<sup>23</sup> MENEZES, Bruno; CUNHA, Vania. Batalha na hora do enterro: Motoboy fecham trânsito em protesto pela morte de colega e PM o libera derrubando motos. O Dia, 13 de março de 2007. Página 12.

<sup>24</sup> CARROSA, Marco Antonio. Cenas de guerra no Grajaú: Estudante morre baleado e moradores de favela incendiam carros e ônibus e fecham rua do bairro. O Dia, 1º de agosto de 2007. Página 8.

vandalismo. O tumulto começou às 19h e, até 23h30m, a estrada não havia sido liberada.<sup>25</sup>

A legitimidade desse tipo de manifestação é contestada por Rolland Gianotti. Para o chefe de reportagem de O Globo, as mobilizações são orquestradas pelo tráfico de drogas, que “obrigam” os moradores a fazer as manifestações. Mas isso não impede que os atos sejam cobertos, como o próprio Rolland Gianotti explica.

Nós aprendemos com o tempo que muitas dessas manifestações são ordenadas pelo tráfico para criar pânico, bagunça. Mas nós cobrimos. Nós não podemos deixar de cobrir só porque foi organizada pelo tráfico. E quando descobrimos que realmente foi organizada pelo tráfico, nós botamos isso na matéria, até porque a manifestação não é legítima.

Uma matéria publicada no jornal O Dia em 31 de agosto de 2007 é um bom exemplo da questão levantada por Gianotti sobre a legitimidade das manifestações. Como ele mesmo dissera, a espontaneidade desse tipo de mobilização dificulta que os repórteres de um jornal cheguem ao local a tempo. Por isso, é comum que o jornalista apure o ato de outra forma, como, por exemplo, entrevistando alguém que estivesse presente. Mas, independentemente da presença ou não dos jornalistas durante a manifestação, é importante frisar que a PM é uma constante fonte das redações, com quem mantém uma estreita relação. Policiais militares podem, por exemplo, informar com antecedência o jornal de que haverá uma operação em uma favela, o que pode garantir.

Moradores da Cidade de Deus, em Jacarepaguá, promoveram um protesto no bairro, em represália a uma ação policial realizada na favela. Indignados com a incursão que deixou mortos e feridos, os manifestantes ocuparam a Avenida Marechal Miguel Salazar Mendes e apedrejaram um ônibus da linha Rio-centro/ Praça XV, deixando um passageiro ferido. Parte do comércio da rua foi fechada. (...) Os moradores da Cidade de Deus acusam a polícia de ter entrado atirando na favela. Para a polícia a retaliação dos moradores foi planejada por traficantes.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> DAMASCENO, Natanael. Seis veículos queimados na Grajaú-Jacarepaguá: Morte de universitário que chegava de trabalho provoca protesto e vandalismo de moradores da Favela da Cotia. O Globo, 1º de agosto de 2007. Rio, página 16.

<sup>26</sup> O Dia – 31/8/2007 ou dia seguinte

### 6.3 – Outros conflitos

Os conflitos urbanos motivados por crimes comuns, com a Zona Sul ou o Centro da Cidade como palcos, pacíficos e que pediram o fim da violência e justiça não foram exclusividade da ONG Rio de Paz. Outros atores sociais realizaram mobilizações com as mesmas características. Estudantes de colégios de bairros nobres, pessoas ligadas ao turismo do Rio de Janeiro e até mesmo outras ONGs, como a Viva Rio, a Mães do Rio e a Voluntários da Pátria, foram agentes de 23 mobilizações entre 2007 e 2008, o que representou 29,87 % dos conflitos relacionados à segurança pública no período. Apesar de terem o mesmo objeto de luta e as mesmas características, é possível identificar diferenças entre os conflitos da Rio de Paz e os de outras ONGs que pedem o fim da violência. A Rio de Paz tem uma estrutura administrativa muito mais complexa que a das outras Organizações. Além disso, mesmo nas manifestações pela justiça, é possível identificar uma menor regularidade na quantidade de eventos de outros grupos.

Cerca de mil alunos do colégio Santo Inácio, em Botafogo, fizeram ontem um ato contra a violência. Eles pediram medidas urgentes para reduzir a criminalidade no estado e no país. Vestidos de preto, estudantes e professores lembraram a morte de João Helio Fernandes, de 6 anos. Durante o ato, que durou cerca de 20 minutos, um dos alunos leu uma carta, na qual faz uma reflexão sobre a perda de valores. Num dos trechos, Brenno Carnavale Nessiam, 16 anos, diz que todos estavam de luto. Nessiam lembrou ainda a falta de perspectiva dos jovens.

Para realizar o protesto contra a violência no Rio de Janeiro, desencadeado pela morte do menino João Helio, eles pintaram o rosto como fizeram os "caras pintadas", durante o processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992. Cerca de 500 estudantes pintaram faixas pretas no rosto e gritaram: "Queremos a paz do Rio de volta". Também levaram cartazes com frases como "queremos justiça e paz para a cidade que já foi maravilhosa".<sup>27</sup>

Como argumentou Rolland Gianotti, o número de manifestantes é importante, mas não é fundamental para que o evento seja noticiado. Exemplo disso foi o conflito urbano movido por "pessoas ligadas ao turismo" no dia 1º de abril de 2007, um domingo, também com o mesmo perfil dos conflitos da ONG Rio de Paz, pois foi pacífico, na orla e contra a violência. Esse ato, mesmo com poucas pessoas, teve a cobertura da imprensa. O fato de um conflito ser em um domingo e na orla contribui para que seja reportado, na opinião de Rolland, pois a atenção da

---

<sup>27</sup> O Globo – 14/02/2007

cidade estaria voltada para a praia nesse dia da semana, além da pouca concorrência para “brigar” por espaço do jornal no dia seguinte. “Quem trabalha com imprensa diária sabe que o melhor dia para se fazer uma manifestação é domingo, porque é um dia calmo, a cidade está em ritmo lento. Assim, a chance de ocupar mais espaço nos jornais de segunda-feira é maior”. Mesmo com poucas adesões, como a própria matéria informa, a manifestação teve a cobertura do jornal O Dia.

Vestidas de branco, pessoas ligadas ao setor de turismo fizeram uma manifestação pela paz, em Ipanema. A passeata que começou no posto 10 e seguiu até o Arpoador, chamava a atenção para o efeito negativo da violência para a imagem do Rio de Janeiro. O movimento recebeu poucas adesões, mas os organizadores comemoraram o sucesso da passeata que terminou às 10:00h da manhã.<sup>28</sup>

No dia 10 de março de 2007, pais e amigos de João Hélio fizeram um protesto contra a morte da criança. A diferença em relação às outras manifestações contra a violência foi o palco, já que não foi na Zona Sul ou no Centro, e sim na Zona Norte da cidade. Mas as outras características foram as mesmas, pois foi uma mobilização pacífica e por justiça, motivada por uma latrocínio. No relato do jornal O Dia, no dia seguinte, também chama à atenção a participação da Polícia Militar. Diferente do que acontece nos protestos nas favelas, os policiais vão ao evento não para reprimi-lo, e sim para garantir a segurança dos manifestantes. Na matéria ainda é indicado que o então secretário estadual de Segurança Pública e comandante geral da PM apóiam a manifestação.

Sob o sol forte da tarde de ontem, cerca de 800 pessoas percorreram por duas horas e 40 minutos a via-crúcis do menino João Hélio, arrastado para a morte por 7 quilômetros, depois de um assalto em Osvaldo Cruz, na Zona Norte do Rio. A manifestação, liderada pelos pais de João, Rosa Cristina e Elson Vieites, mobilizou amigos e parentes de dezenas de outras vítimas da violência, que pretendem agora criar um grupo nacional pela paz. (...) Ao longo das 17 ruas, moradores e pedestres se uniram ao grupo. O secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, e o comandante da PM, coronel Ubiratan Angelo, também se solidarizaram. “Reconhecemos, entendemos e apoiamos integralmente o movimento. A sociedade tem papel fundamental no movimento pela paz. Não se pode colocar só nos ombros das polícias”, disse Beltrame.

---

<sup>28</sup> O Globo – 02/04/2007

Diferente do dia em que João morreu, 110 PMs reforçaram ontem a segurança no trajeto. Beltrame alegou que passeatas exigem um maior efetivo.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> DARIANO, Daniela. Caminhada pela paz: Multidão segue pais de João no trecho em que ele foi arrastado. O Dia, 11 de março de 2007. Página 17.

O trabalho mostrou como a quantidade de manifestantes de um conflito urbano vem se tornando cada vez menos relevante para os meios de comunicação. Enquanto isso, outros aspectos ganham importância, como o fato do protesto ser inusitado, causar algum transtorno no trânsito da cidade, gerar uma boa foto ou ter sido motivado por um evento que já indignou a opinião pública. Mas, no fim, é certo de que não há uma fórmula para os editores e chefes de reportagem dos jornais cariocas avaliarem se uma manifestação coletiva deve ou não ser noticiada. O que há é uma conjunção de fatores, que também incluem o dia da semana, a facilidade da equipe de reportagem em chegar ao local da manifestação e a importância das outras notícias do dia.

Também foi visto que, ao contrário do que prezam as supostas imparcialidade, neutralidade, objetividade e factualidade do jornalismo, as coberturas jornalísticas têm uma maior identificação com as causas dos conflitos urbanos pacíficos por justiça e contra a violência, ocorridas na Zona Sul e no Centro da cidade, motivadas por crimes comuns, como o latrocínio. Essa identificação ficou evidente na análise das manifestações. Casos como o do menino João Hélio foram aproveitados para municiar uma antiga reivindicação dos setores mais conservadores da sociedade, aí incluídos os principais meios de comunicação do país: a redução da maioria penal.

Verificou-se que, na imprensa, há na prática uma garantia de cobertura das manifestações da ONG Rio de Paz, uma vez que todas as mobilizações da Organização entre 2007 e 2008 foram noticiadas nos jornais O Globo e O Dia. A desmistificação das principais bandeiras do jornalismo imparcial também aconteceu na análise das próprias matérias. Termos pejorativos como “vandalismo”, “tumulto” e “confusão” sempre estiveram presentes nos relatos dos protestos de moradores de favelas contra as incursões da Polícia Militar. Nessas matérias, mais importante do que informar o objeto de luta dos moradores era dizer ao leitor como aquele protesto estava afetando o trânsito do Rio de Janeiro.

Nesse trabalho também foram discutidas as análises de Pierre Bourdieu sobre as manifestações coletivas na França de 1997 e como os argumentos serviriam para a realidade carioca de 2007 e 2008. No livro “Sobre a televisão”, o autor chegou a exclamar para a possibilidade de se ter um consultor em comunicação antes de se fazer um protesto, ao invés de buscar a mobilização de milhares de pessoas. Aqui foi visto, tendo como exemplo a ONG Rio de Paz, que a preocupação em se relacionar com os meios de comunicação ao se organizar um

conflito já é uma realidade. Afinal, a ONG Rio de Paz tem uma estrutura administrativa complexa, composta por diversos profissionais de comunicação, como assessor de imprensa, assessor de internet e até um coordenador de manifestações. É uma organização que planeja suas mobilizações durante dias e que avisa a imprensa com antecedência.

Esse estudo, obviamente, não teve a intenção de esmiuçar toda a relação entre a imprensa carioca e os conflitos urbanos que têm a segurança pública como objeto. Até mesmo porque o período recortado – 2007 e 2008 – é curto, sendo somente suficiente para dar uma pequena amostra dessa relação. O presente trabalho mostrou como os movimentos reivindicatórios urbanos mudaram ao longo do tempo, desde o auge vivido na década de 1970. Assim, esses dois anos estudados são apenas mais um capítulo dessa longa trajetória.

Outros e infinitos caminhos tanto poderiam ter sido seguidos como ainda podem. Um diferente período analisado, por exemplo, pode enriquecer ainda mais o estudo sobre o assunto. Em outubro de 2009, a ONG Rio de Paz sinalizou, ainda que de forma embrionária, para uma mudança do perfil de sua atuação. Uma pesquisa sobre os conflitos urbanos com a segurança pública como objeto e realizados a partir de 2009 talvez mostre que a ONG não mais se limita a mobilizações na Zona Sul e no Centro do Rio de Janeiro motivadas por crimes comuns, como o latrocínio.

Outros jornais podem ser consultados. As publicações O Globo e O Dia foram escolhidas com a intenção de mostrar jornais com alvos diferentes, um que visasse a Zona Sul e outro, a classe trabalhadora carioca. Analisar as matérias do Jornal do Brasil pode não acrescentar muito, pois tem um público-alvo muito parecido com o do O Globo, mas jornais populares como Extra e Meia Hora podem apresentar uma nova linha interessante de pesquisa. Será que esses jornais dão mais atenção aos conflitos urbanos realizados nas favelas do que os acontecidos em bairros nobres?

Ainda para enriquecer o estudo sobre a relação entre conflitos urbanos e imprensa carioca, outros objetos de luta também seriam interessantes. A segurança pública foi o foco desse trabalho, já que é um tema apaixonante e que desperta opinião acaloradas dos vários lados envolvidos. Além disso, o Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro evidenciou que é o objeto mais conflituoso da cidade do Rio de Janeiro, o que torna a segurança pública um assunto fundamental para esse debate. Mas outros objetivos seriam de igual importância. Como são os conflitos urbanos relacionados ao transporte, por exemplo, ou à saúde, à educação, à moradia, ao espaço sonoro e visual, à vizinhança, ao patrimônio histórico, ao meio ambiente? Será que também é possível identificar os tipos de mobilização nesses objetos

de luta, assim como foi feito com as manifestações pela segurança pública? E como será a cobertura pela imprensa? Os critérios para decidir pela cobertura ou não dessas mobilizações serão os mesmos?



## Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **O acontecimento contemporâneo e a questão da ruptura.**

<http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera02/organizacao/frsoc1.htm>

2009.

BORGES, Wilson Couto. **Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CÂMARA, Breno Pimentel. **Insegurança Pública e Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro.** 105 f. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MESQUITA, Mário. “Teorias e práticas do jornalismo do telégrafo ao hipertexto”. IN: **Trajectos.** Lisboa: Casa das Letras, n° 6, 2005.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. “Sobre o facto e o acontecimento”. IN: **Trajectos.** Lisboa: Casa das Letras, n° 6, 2005.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. **Acontecimento e mídia: a Guerra de Canudos na imprensa contemporânea.**

[http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/PINHEIRO\\_lidiane.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/PINHEIRO_lidiane.pdf). 2008.

QUÉRÉ, Louis. “Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento”. IN: **Trajectos.** Lisboa: Casa das Letras, n° 6, 2005.

SANTOS, José Manuel. “Da perca do ‘mundo’ à sociedade dos (mega)acontecimentos”.  
IN: **Trajectos**. Lisboa: Casa das Letras, nº 6, 2005.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**.  
Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a Mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.